

O Mercosul, a Indústria de Bens Intermediários do Nordeste e as Perspectivas¹

Enildo Meira de Oliveira Jr.

Mestre em Economia (PIMES/UFPE), economista da SUDENE; assessor especial da Secretaria de Administração do Governo de Pernambuco

João Policarpo R. Lima

Ph.D. Economia (Universidade de Londres), professor adjunto 4 do Departamento de Economia PIMES/UFPE, pesquisador do CNPq

Resumo:

Examina as origens da crescente importância do segmento de bens intermediários no Nordeste, mas também afere alguns impactos do Mercosul sobre a competitividade desta indústria, além de divisar as perspectivas para o setor. Através do cálculo de índices de vantagem comparativa revelada e do exame das perspectivas de mercado, mostra que, apesar das previsões iniciais pessimistas, o Mercosul tem-se revelado um caminho importante para expansão de vendas e para a maior complementaridade da indústria nordestina, abrindo assim espaço para a ampliação de escalas e melhores níveis de competitividade.

Palavras-Chave:

Indústria de Bens Intermediários; Vantagem Comparativa; Economia Regional; Competitividade; Globalização; Desenvolvimento Regional; Brasil-Nordeste.

¹ Este trabalho tem por base a Dissertação de Mestrado do primeiro autor, a qual inseriu-se no âmbito da pesquisa “Economia do Nordeste: abertura comercial e complementariedade interregional”, coordenada pelo segundo.

1 – INTRODUÇÃO

Remontando ao início do processo de intercâmbio entre as regiões brasileiras, ocorrido nas últimas décadas do século passado, período em que GUIMARÃES NETO (1989) chama de “articulação comercial”, a economia do Nordeste assume o papel de fornecer alimentos e matérias-primas para a Região de maior dinamismo econômico no País, que era o Centro-Sul, atuando, assim, de forma complementar ao restante do País.

À proporção que a industrialização brasileira avança, num processo em que o capital industrial passa a ter a hegemonia no desenvolvimento econômico nacional, este vai encontrar no Nordeste, ajudado por um atraente sistema de incentivos fiscais, elementos necessários e suficientes para continuar seu processo de expansão.

Diante disso, a condição de complementaridade à economia nacional vai ficando cada vez mais forte na economia local, já que a indústria também assume o papel complementar. Portanto, o Nordeste começa a se integrar não mais comercialmente, mas sim através do parque produtivo, ou seja, a região passa a receber capitais produtivos do Centro-Sul, voltados para a produção industrial de insumos os quais tinham como finalidade abastecer as demais regiões do País. O II Plano Nacional de Desenvolvimento-PND, com sua visão de que as regiões deveriam atuar de forma a se complementarem economicamente, fortaleceu, ainda mais, essa característica da economia local destacando-se a produção de bens intermediários. Com o II PND, foram feitos pesados investimentos nos setores químico, metalúrgico e de borracha, consolidando, dessa forma, a indústria de bens intermediários como a de maior peso na indústria da Região.

Mais recentemente esta especialização produtiva, apoiada numa estratégia nacional de substituição de importações, passa a sofrer ameaças de sobrevivência com a abertura comercial da economia brasileira e com a formação do Mercosul. Com isso, o parque produtivo nordestino passa a ter concorrentes fortes em vista ou da maior proximidade, no caso dos produtores do Mercado Comum do Cone Sul-Mercosul, ou de maior competitividade, no caso de fornecedores do resto do mundo.

Nesse trabalho, busca-se o exame das origens da crescente importância do segmento de bens intermediários no Nordeste, mas também uma aferição de alguns impactos do Mercosul sobre a competitividade desta indústria. Através do cálculo de índices de vantagem comparativa revelada, procuraremos mostrar que, apesar das previsões pessimistas, o Mercosul tem-se revelado um caminho importante para expansão de vendas e para a maior complementaridade da indústria nordestina, abrindo espaço assim para a ampliação de escalas e melhores níveis de competitividade.

1.2 - Os Incentivos Fiscais e o Setor de Bens Intermediários do Nordeste

Antes de penetrar na análise dos impactos do Mercosul, vale aqui recuperar alguns elementos explicativos da crescente importância do segmento de bens intermediários na economia do Nordeste.

A proposta de se tentar industrializar o Nordeste baseava-se exatamente no modelo Cepalino de desenvolvimento econômico, proposto para os países subdesenvolvidos, e que vinha, inclusive, sendo adotado pelo Brasil, o qual atribuía à indústria o papel de romper o ciclo vicioso da pobreza.

O modelo tinha a substituição de importações como pilar. Como era impossível para uma região adotar barreiras alfandegárias, a opção, neste caso, seria criar um sistema de incentivos fiscais, de forma a atrair empresas sediadas no Centro-Sul a se instalarem no Nordeste.

Por outro lado, fatores como o elevado grau de oligopolização nas atividades econômicas em que atuavam, proteção via sistema de substituição de importações, e outros, conferiam às grandes empresas brasileiras uma alta capacidade de acumulação de capital, levando-as à procura de novos mercados nos quais pudessem investir o capital disponível.

Além disso, o ciclo de investimentos gerado pelo Plano de Metas, que na verdade constituiu um grande esforço para a industrialização brasileira, com mobilização tanto do Estado como de capitais privados nacionais e internacionais, terminou por instalar, na época, uma capacidade de produção, principalmente no setor de bens de pro-

dução, que estava acima da quantidade demandada na economia nacional.

Diante disso, a criação de um sistema de incentivos fiscais torna-se interessante não só para a região Nordeste, mas para o País em geral. De um lado, os grupos empresariais vislumbravam oportunidades de investimento que garantiriam uma boa rentabilidade ao seu capital, ao mesmo tempo que geraria demanda no setor de bens de produção. Por outro lado, criavam-se condições diferenciadas para os investimentos realizados no Nordeste, de modo a alavancar o desenvolvimento da Região através da implantação de novas indústrias.

Logo, a partir de 1961, é criado o sistema de incentivos fiscais que ficou conhecido como o 34/18 (devido ao artigo 34 da Lei nº3.995 de 14.12.1961, alterado pelo artigo 18, da Lei nº 4.869 de 01.12.65)

Tais fatores, como é sabido, terminaram por provocar a reprodução dos grupos industriais nacionais no Nordeste, em face, primordialmente, das vantagens oferecidas aos investidores. Essa nova estrutura industrial da região, advinda do tipo de expansão industrial adotada, mostra que “dos 16 subsetores que resumem a estrutura industrial do País, 11 estão se reproduzindo na estrutura industrial do Nordeste; além disso, são as empresas mais importantes dos subsetores e dos ramos em que estão, diretamente, implantando unidades de produção no Nordeste, e é lógico pensar que não estão fazendo para concorrer com sua matrizes na região Sudeste ou em outras regiões do Brasil” (OLIVEIRA, 1977). Portanto, as principais empresas instaladas no Sudeste passam a ser principais também no Nordeste.

Assim começam a serem criadas as circunstâncias que levariam a indústria nordestina a especializar-se no setor de bens intermediários. Apesar de no início do processo de industrialização do Nordeste haver-se tentado implantar empresas concorrentes às do Sudeste, na verdade elas planejavam seus investimentos em atividades que não fossem concorrentes às suas matrizes e que de algum modo fossem complementares. Isto terminou por levar à concentração de empresas no setor de bens intermediários, já que a região dispunha de

matérias-primas capazes de desenvolver esse segmento industrial. Como observa ARAÚJO (1998):

“O GTDN propôs uma coisa, mas aconteceu outra. A idéia de Celso Furtado era mais ou menos a de realizar uma substituição de importações em escala regional. As indústrias deveriam explorar os recursos locais e se esperava criar uma camada empresarial na região.(...) Paralelamente, investidores forneceriam projetos para a SUDENE e esses projetos captariam recursos dos optantes. Assim, na origem, optantes e investidores eram agentes diferentes, e estes últimos tinham de ser figuras jurídicas de capital nacional estabelecidas no Nordeste. Este caminho não deu certo. No 2º Plano Diretor as duas premissas foram desmontadas: o optante podia ser o próprio investidor, nacional ou não. Só a partir daí o sistema de incentivos deslancha, com o deslocamento, para o Nordeste, de numerosas filiais instaladas no Sudeste.”

Ao examinar-se o total dos incentivos concedidos por setor, até o ano de 1985, (TABELA 1), pode-se perceber que o setor de bens intermediários respondeu por 57,2% de todos os incentivos oriundos do sistema 34/18-FINOR. E dentre os ramos de atividade do setor destaca-se o químico com 21,2%.² Assim, a concentração dos incentivos neste setor terminou por levar à concentração da produção industrial no setor de bens intermediários. Em 1986, praticamente 60% da produção industrial regional desse setor pertenciam a empresas que foram beneficiadas pelos incentivos administrados pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste-SUDENE (TABELA 2).

Portanto, fica claro que grande parte dos incentivos fiscais da Região teve como destino o setor de bens intermediários, que devido a fatores históricos, ou seja, a complementaridade da Região à economia do Centro-Sul, terminou absorvendo a maior parte dos investimentos destinados ao Nordeste.

² O que não é surpreendente, haja vista que grande parte do esforço de se viabilizar o pólo petroquímico de Camaçari efetivou-se através de incentivos fiscais.

TABELA 1
SISTEMA DE INCENTIVOS FISCAIS
RECURSOS LIBERADOS PARA O SETOR
INDUSTRIAL (DE 1963 A JULHO DE 1985)

INDUSTRIAIS	PARTICIPAÇÃO (%)
A. Bens de consumo não-duráveis	31,3
B. Bens intermediários	57,2
C. Bens de capital e consumo duráveis	11,2
TOTAL	100,0

FONTE: MESQUITA (1995)

TABELA 2
NORDESTE DO BRASIL
PARTICIPAÇÃO DO VALOR DA PRODUÇÃO
DA INDÚSTRIA INCENTIVADA NO TOTAL
DA INDÚSTRIA REGIONAL, SEGUNDO
GRUPOS E GÊNEROS INDUSTRIAIS – 1986

Grupos e gêneros industriais	Participação relativa da indústria incentivada no valor da produção regional (%)
1. Indústria extrativa mineral	13,4
2. Indústria de transformação	51,7
A. Bens de consumo não-duráveis	19,2
B. Bens intermediários	59,9
C. Bens de consumo duráveis	47,8
Total	51,2

FONTE: SANTOS (1994).

A partir deste momento, é o setor industrial que passa a ser o grande responsável pela acumulação de capital no Nordeste, como há muito já vinha ocorrendo no Brasil.

1.3 - O II PND e a Consolidação do Setor de Bens Intermediários

Nos meados dos anos 70, o quadro apresentado pela economia Nordestina diferia bastante do encontrado quando do início da utilização dos incentivos fiscais na Região. O Nordeste já se encontrava bastante interligado ao restante da economia nacional, acompanhando, dessa forma, o dinamismo das demais regiões.

Nessa época é lançado pelo Governo Geisel o II PND, num momento desfavorável, em termos de conjuntura econômica tanto doméstica como em nível mundial.

Internamente o País entrava na fase pós-milagre, os setores que impulsionaram o crescimento daquele período já haviam perdido o fôlego, acarretando, assim, o arrefecimento da atividade econômica.

Já a situação externa era muito mais preocupante, haja vista a eclosão do primeiro choque do petróleo e todas as suas conseqüências na economia Mundial.

Ignorando o que se passava na conjuntura econômica internacional, as metas traçadas pelo II PND objetivavam concluir, paralelamente, a implantação da indústria pesada, de bens de capital, além de complementar o parque industrial de insumos básicos e bens intermediários. Propunham, também, expandir a infra-estrutura de forma a atender às necessidades impostas pelo projeto "Brasil Potência".

Desse modo, procura diminuir as importações de energéticos, principalmente, petróleo, com estímulo à sua produção e à geração de energia elétrica; estimula a exportação de minérios, visando gerar receitas de exportações; e passa a ampliar o parque industrial doméstico com vistas à substituição da importação de bens de capital e insumos básicos.

Entre as diversas prioridades apontadas no Plano caberia ao Nordeste a tarefa de viabilizar uma das estratégias prioritárias do II PND, ou seja, incrementar a produção de insumos básicos.

Dentro desse contexto, o Nordeste é fortemente contemplado pelas metas estabelecidas no II PND. Provida de uma base de recursos naturais privilegiada para implantação de indústrias produtoras de insumos, a região é contemplada com a instalação do Pólo Petroquímico de Camaçari, o complexo mínero-metalúrgico no Maranhão e o pólo de fertilizantes. Portanto, estavam criadas, mais uma vez, as condições para o desenvolvimento, ainda maior, desse setor na Região.

Uma característica marcante do II PND, no que se refere ao Nordeste, é a visão de industrialização diferente do Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste-GTDN. Enquanto este último, dentro da visão Cepalina, propunha o fe-

chamento de todo um elo produtivo, com a produção, inclusive, de bens de capital na região, o II PND procura integrar o Nordeste à base produtiva nacional, ou seja, procura a complementaridade da economia local à economia do País.

“A preocupação evidente estava em incrementar o crescimento do produto nacional e regional, mas aproveitando os tipos específicos de produto que a região pudesse oferecer. A região, dessa forma, não mais é vista como elemento autônomo, mas como parte integrante à economia nacional” (SANTANA, 1995).

Outro ponto de mudanças em relação às políticas anteriores refere-se à concepção dos investimentos que passam a ser realizados em complexos industriais. Dentro dessa nova concepção foram criados, além do pólo Petroquímico de Camaçari, o Complexo Industrial Integrado de Base de Sergipe-CIIB-SE, o Pólo Cloroquímico de Alagoas-PCA, o Complexo Químico-Metalúrgico do Rio Grande do Norte-CQRN e o III Pólo Industrial do Nordeste.

Em decorrência dos investimentos realizados pelo Plano, a economia rapidamente sentiu os seus efeitos. A taxa média de crescimento da Formação Bruta de Capital Fixo-FBKF do Nordeste atinge 27,2% de 1973-80, possibilitando, dessa forma, a economia regional obter uma taxa média do crescimento do produto, nesse mesmo período, de 9,8% a.a.

Examinando os impactos no crescimento deste setor na economia regional, observa-se que o peso do seu Valor da Transformação Industrial-VTI passa de 34,9% em 1970, para 50,2% em

1980, representando um incremento médio ao ano de 16,6%.

Portanto, a partir daí, o Nordeste assume, na sua indústria, a especialização na produção de insumos, tendo no setor de bens intermediário o carro-chefe do seu processo de industrialização.

Examinando os censos industriais de 1949 até o último que foi o de 1985, é fácil verificar a força crescente apresentada pelo setor de bens intermediários. De uma participação de 16,2% no Valor da Transformação Industrial da Região, em 1949, o setor passa a responder por 49,3%, em 1985 (TABELA 3), ou seja, quase a metade de todo o VTI local. Isto significa que o mesmo mais que triplicou sua participação durante o período correspondente. Se levarmos em consideração que a indústria do Nordeste como um todo apresentou um elevado nível de crescimento, vamos perceber que o setor de bens intermediários obteve taxas de crescimento elevadíssimas.

Essa expansão é obtida, vale esclarecer, numa conjuntura onde o mercado interno era protegido de importações e onde a complementaridade Nordeste/Sudeste cabia bem ao modelo então em progresso. Mais recentemente, porém, os parâmetros básicos da relação da economia brasileira com o resto do mundo foram alterados, associados que estão às novas tendências do capitalismo que forjaram a abertura das economias emergentes, no que se convencionou chamar de processo de globalização. Com isso, a relação complementar do Nordeste com o Sudeste passa a ser ameaçada pela entrada em cena de novos fornecedores de bens intermediários. A formação do Mercosul acrescentou alguns graus de tensão a essa maior concorrência.

TABELA 3
DISTRIBUIÇÃO RELATIVA DO VTI, SEGUNDO O DESTINO DO CONSUMO
1949/60/70/80/85 NO NORDESTE

Subsetores da Indústria de Transformação	1949	1960	1970	1975	1980	1985
Bens de consumo não-duráveis	82,5	65,7	57,4	46,6	36,4	41,0
Bens intermediários	16,2	31,1	34,9	41,9	50,2	49,3
Bens de consumo duráveis e de capital	1,3	3,2	7,7	11,5	13,4	9,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: SANTOS (1994).

Em vista da importância do Mercosul e dos seus impactos sobre a economia do Nordeste, justifica-se um exame dos resultados até aqui observados. Antes cabe-nos reunir elementos para entender as tendências mundiais em curso, situando o contexto em que se insere a criação do Mercosul.

2 - GLOBALIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO REGIONAL

O sistema capitalista experimenta hoje uma fase marcada pelo predomínio da acumulação financeira, desregulamentação, mudanças tecnológicas, seletividade etc, aspectos que formam a chamada globalização. Permeiam esse processo a hegemonia do neoliberalismo, a ampliação dos fluxos de comércio, a transferência de capitais produtivos e a especulação financeira associada a ganhos nos mercados cambiais e financeiros.³

Um aspecto importante desse processo é a mudança de paradigma tecnológico baseado na microeletrônica e em novos padrões de gestão e de organização da produção, que levam à formação de cadeias produtivas que minimizam estoques e custos ao tempo em que agilizam e ampliam a eficiência dos processos produtivos. Com isso, alargam-se as fronteiras, físicas inclusive, da produção junto com o crescimento do comércio, intra-indústria e intrafirmas, formando padrões produtivos que impõem-se mundialmente e com isso deslocizam-se atividades produtivas e transferem-se capitais para maximizar oportunidades postas pelo diferencial de custos salariais, financeiros, tributários, entre outros.

Essa nova espacialização das atividades produtivas de nível mundial, vale destacar, ocorre simultaneamente com a “regionalização”, ou seja, a formação de blocos regionais de integração comercial:

“[...] uma vez que os sistemas just-in-time e a resposta adaptada às demandas específicas dos mercados exigem uma certa proximidade física dos produtores com seus fornecedores e clientes / consumidores. Assim as grandes empresas oligopolistas tornam-se

agentes ativos dos processos regionais de integração comercial, na medida em que suas estratégias de produção e mercado são primordialmente regionais ou macrorregionais – enquanto que suas estratégias tecnológicas e financeiras permanecem sendo eminentemente globais ou mundiais” (COUTINHO, 1996).

Portanto, apesar dos argumentos a favor da liberalização mundial do comércio, e de sua efetiva ampliação, o processo de integração que vem prevalecendo caminha mais no sentido da formação de blocos regionais. Na verdade, a regionalização combina estratégias de integração e ampliação de mercados com a ação “política”, ou seja protecionista, das multinacionais. Estas assim agiram na União Européia e no North America Free Trade Agreement-NAFTA, mas também no Mercosul.

Com isso, observa-se nos países que formam blocos a adoção de políticas de “competitividade”, buscando ainda a atração de investimentos diretos das multinacionais. Na prática, essas políticas contrariam o discurso sobre os princípios e vantagens do livre comércio e de especializações produtivas, e são adotados, com subterfúgios diversos, instrumentos chamados de “medidas anti-dumping”, “salvaguardas”, coibição de “práticas desleais” etc, juntamente com as chamadas barreiras não tarifárias, conforme descreve CHESNAIS (1996). Sendo assim, a globalização tem tido efeitos diversos sobre o livre comércio, apesar do discurso liberalizante. Na verdade, as tendências dominantes passam pelo uso combinado, em nível dos países hegemônicos, de estratégias financeiras e tecnológicas de nível global com a regionalização. Com isso, os capitais hegemônicos aproveitaram-se das vantagens de mercados abertos nos países emergentes, mantendo, ao mesmo tempo, a política de pressões para a formação e o fortalecimento de blocos regionais. Assim fazendo, beneficiam-se da ampliação de escalas de mercado para além dos limites das fronteiras nacionais, preservando-se, contudo, da concorrência aberta e indiscriminada.

No caso dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico-OCDE, que também praticam a integração e as políticas voltadas para melhorar a competitividade

³ Para maiores detalhes ver LIMA & OLIVEIRA JÚNIOR (1999) de onde resume-se aqui esta introdução.

de, de cunho protecionista, busca-se a preservação de espaços econômicos e o avanço da acumulação, incorporando ao bloco países e regiões menos desenvolvidos, porém capazes de prover vantagens econômicas via ampliação de escalas, diferenças de custos salariais etc.

Cabe aqui destacar que a importância do mercado mais amplo já era entendida desde os primórdios do capitalismo. Conforme GALVAN (1994):

“A formação de blocos é a edição mais moderna do teorema de Adam Smith em seu capítulo 3 da Riqueza das Nações: o limite da divisão do trabalho é o tamanho do mercado. Quanto maior o mercado...Até em processos de integração é com o olho no mercado, em sua ampliação, que se tratam os problemas estruturais da sociedade capitalista, da operação dos capitais e de sua tecnologia”.

Em suma, apesar dos argumentos a favor da liberalização mundial do comércio, o processo de integração que se vem desenvolvendo caminha mais no sentido da formação de blocos regionais, ou seja, está-se dando predominantemente uma integração que envolve determinados países e regiões. Tal forma adotada pelos países para integrarem-se tem gerado um processo contraditório na economia mundial. Ao mesmo tempo em que os países que fazem parte de um bloco removem as barreiras entre si, buscam a cooperação e harmonizam suas políticas, no intuito de alcançar vantagens econômicas, os referidos blocos, por sua vez, não mantêm o mesmo ritmo de abertura econômica em relação aos demais blocos e países, chegando, em alguns casos, a aumentar suas barreiras para com os não-participantes.

Visto isso, vale aqui ainda alinhar alguns aspectos teóricos da integração regional para que se possa melhor entender seus impactos.

2.1 - Teoria da Integração Econômica

A integração econômica regional pode assumir diferentes estágios, quais sejam:

a)área de livre comércio, que tem como característica principal a isenção de impostos alfandegários dentro de determinadas áreas específicas;

b)União aduaneira, cuja tarifa externa é comum para grande parte dos bens e serviços entre os países participantes;

c)Mercado Comum que, além de ser uma União aduaneira, envolve a livre circulação de capital e trabalho; e

d)União Econômica, que engloba, além da integração de produtos e fatores, um alto grau de unificação das políticas monetárias, fiscal etc.

A integração estritamente econômica tem o objetivo de se alcançar vantagens econômicas associadas à expansão do mercado. Isso se dá através da liberalização da circulação de bens, serviços e fatores de produção, bem como da harmonização das políticas econômicas adotadas entre seus países membros.

Na literatura econômica, a integração vem sendo tratada de diferentes maneiras. A teoria tradicional da integração econômica visa essencialmente responder em que condições uma união aduaneira leva a um aumento do bem-estar dos países participantes. Essa teoria ganha vulto com o economista VINNER (1950), que pela primeira vez sistematizou o tratamento das uniões aduaneiras, apesar de importantes contribuições de BEERS (1941) e BYE (1950), posteriormente enriquecida por MEADE (1955).

Uma união aduaneira se caracteriza pela ausência de direitos alfandegários e de outras formas de restrição ao comércio dos países participantes, além da padronização de direitos e das formas de regulamentações ao comércio com o resto do mundo (BALASSA, 1965). Quando criadas, alteram os preços relativos dos bens e serviços dos países membros, afetando com isso os fluxos comerciais, a produção e o consumo dos mesmos.

Cada país, individualmente, possui determinado sistema de tarifas, as quais incidem sobre bens e serviços provenientes de outras partes do mundo. Logo, os produtos ou serviços gerados dentro do país terão que ter seus preços no mínimo iguais aos preços dos produtos ou serviços quando importados, pois, caso contrário, não seria vantajoso se produzir internamente. Quando uma união aduaneira é criada, os países participantes

deixam de cobrar tarifas um do outro, e, em relação ao resto do mundo, passam a ter as mesmas tarifas. Portanto, os preços internos alteram-se, seja devido ao fim das tarifas dos produtos ou serviços provenientes dos países que fazem parte do novo bloco, seja devido à nova pauta aduaneira comum entre esses países membros.

Assim, a referida teoria visa basicamente avaliar os impactos da criação de uma união aduaneira sobre: a utilização de recursos e especialização; as economias de escala; os termos de troca; a taxa de crescimento econômico; a estabilidade econômica; e a distribuição de renda (ROBSON, 1985).

Dentre as contribuições de VINNER (1950) as mais marcantes foram as definições de criação de comércio e de desvio de comércio, em que ele procurou determinar qual o efeito líquido da formação de uma união aduaneira, considerando apenas a eliminação de barreiras alfandegárias, descartando as restrições de caráter não tarifários.

O primeiro caso ocorreria quando um país deixa de produzir determinado bem internamente e passa a consumir de um país membro que possua menor preço devido ao menor custo de produção. Desse modo, tanto o país comprador como o fornecedor sairiam ganhando. O país importador poderia usar de forma mais eficiente seus recursos, enquanto o exportador teria sua produção aumentada.

Já o segundo efeito, o desvio de comércio, dar-se-ia quando se substituem produtos comprados ao resto do Mundo, com preços competitivos, por produtos de fabricação interna a um preço mais elevado. Seria um efeito semelhante ao modelo de substituição de importações, numa escala ampliada.

“Segundo Klineberger (1974), talvez seja melhor dizer que a criação de comércio envolve supressão de atividades protegidas por tarifas na união, enquanto o desvio envolve expansão das atividades protegidas por tarifas na união.” (MENDES, 1995).

Portanto, sob este prisma, uma união aduaneira seria benéfica para o bem-estar se o efeito líquido, entre criação e desvio de comércio, apon-

tasse a criação de comércio como preponderante.⁴ Mais recentemente, com novas incorporações à teoria tradicional, permitindo que se faça a análise não só das uniões aduaneiras, mas da integração como um todo, a teoria tem caminhado no sentido de estabelecer dois tipos de benefícios decorrentes da integração: os de natureza estática e os de natureza dinâmica.⁵

Os ganhos classificados como estáticos são:

- Aumento de eficiência na produção devido ao aumento na especialização e utilização de insumos e bens de capital especializados;
- Aumento no nível de produção tendo em vista o acesso a um mercado mais amplo;
- Melhoria no poder de barganha internacional, devido ao tamanho maior do mercado, levando a melhores termos de troca;
- Mudanças forçadas na eficiência econômica (custos menores, maior nível de emprego, maiores salários) trazidas pela competição maior;
- Mudanças que afetam o volume e a qualidade dos fatores de produção devido ao progresso tecnológico.

Já os de natureza, dinâmica são aqueles que alteram a taxa de crescimento econômico dos países, quais sejam:

- Economias de escala tornadas possíveis pelo acesso a mercados mais amplos;
- Economias externas às firmas, que podem reduzir os custos específicos ou gerais;
- Aumento na taxa de investimento devido ao aumento de fluxo de capital do exterior;
- Efeito de polarização, tanto em decorrência da concentração do efeito de criação de comércio como pelo desenvolvimento da tendência a atrair fatores de produção de outras regiões fora do bloco;
- Efeito da eficiência econômica e da confiança graças ao aumento de competição e redução de incerteza.

Os fatores dinâmicos só mais recentemente têm ganho força, com o surgimento da chamada

⁴ Para maiores detalhes ver ROBSON (1985).

⁵ Segundo EL-AGRA (1985), *apud* THORSTENSEN (1994)

Nova Teoria do Comércio Internacional, ou Teoria Estratégica, já que esta:

"[...] incorpora em modelos rigorosos alguns elementos da nova realidade mundial e explica alguns aspectos dos padrões de comércio observados nas últimas décadas, como o grande volume de comércio intra-industrial e a crescente participação das empresas multinacionais no comércio mundial, particularmente nos setores de alta tecnologia." (THORSTENSEN et al, 1994).⁶

Dentro desse novo contexto aparece com extrema importância a diferenciação nos padrões de comércio, ou seja, se as trocas se dão interindústria (especialização entre setores industriais diferentes, logo os produtos trocados são de setores distintos) ou intra-indústria (produtos diferenciados de uma mesma indústria).

"No caso de integração econômica, o conceito assume relevância por dois motivos: primeiro, a ampliação do mercado; e segundo, o custo social de ajustamento requerido em um processo de integração é bastante inferior quando prevalece o comércio intra-indústria relativamente ao comércio interindústria" (KUME & MARKWALD, 1993).

Esse menor custo social decorre do fato de apenas algumas firmas, na ocorrência de comércio intra-industrial, terem de se adaptar à nova realidade econômica, enquanto que no caso de prevalecer o comércio interindústria o ajuste prevalece para todo o setor.

2.2 - Aspectos Regionais da Integração

Não podemos desconhecer que qualquer processo de mudanças afeta diferentemente as diversas regiões de um mesmo país, podendo seus efeitos diferirem tanto espacial quanto setorialmente.

⁶ "A principal contribuição das novas teorias de comércio reside no fato de que comércio internacional e organização industrial são analisados como matérias teóricas unificadas. Nesse sentido, o padrão de comércio entre os países resulta de uma confluência de fatores, estáticos e dinâmicos, que dependem não apenas das configurações "naturais" dos setores produtivos ou da nação, mas também das condições estruturais da indústria, bem como de sua interação com o mercado" (CARVALHO JÚNIOR., NASSIF & LIMA, 1996).

Sobre esse aspecto, algumas questões são levantadas no âmbito da Teoria da Integração.

Para KRUGMAN, como ressalta CARVALHO JÚNIOR., NASSIF & LIMA (1996), *"um dos melhores caminhos para entender como funciona a economia internacional é observar, inicialmente, o que ocorre no interior das nações"*. E logo acrescenta: *"se nós quisermos entender o fenômeno da especialização internacional, o melhor caminho seria iniciar pela análise da especialização local"* (CARVALHO JÚNIOR., NASSIF & LIMA, 1996).

Ao procurar explicações para as razões que levam ao aparecimento e perpetuação das disparidades de renda entre as regiões de um mesmo país e entre os países, economistas como Myrdal, Hirschman e Kaldor invocaram os rendimentos crescentes e as economias externas e de escala para concluir que a tendência era aumentar cada vez mais os desníveis de renda entre as regiões, ao contrário do que previa a Teoria Clássica.

Para ROBSON (1985):

"Por muito satisfatórios que possam ser para todos os membros os acordos iniciais de integração, não se podem prever os efeitos dinâmicos da integração. Embora eles venham a ser indubitavelmente favoráveis para o grupo, podem não beneficiar cada um dos membros. Devido a um conjunto de razões, a formação de um agrupamento econômico reforçará provavelmente as forças de polarização a nível de cada país."

A deficiência de infra-estrutura econômica e do capital social básico nas regiões de menor dinamismo econômico terminam agravando ainda mais os problemas advindos da integração nessas áreas deprimidas. Por serem os setores economicamente mais fortes de um país os responsáveis pela condução do processo de integração, cujo poder de barganha permite a defesa de seus interesses, e estão esses grupos, geralmente, localizados nas áreas dinâmicas do país, é fácil verificar que os interesses das regiões menos desenvolvidas são relegados a segundo plano.

Em geral, as estruturas produtivas das regiões atrasadas muitas vezes estão voltadas para a região mais dinâmica de uma economia nacional. Assim, na medida que todo o conjunto das eco-

nomias integrantes do bloco passa por uma redivisão interregional do trabalho, a estrutura vigente dessas regiões passa a ser ameaçada.

Como mostra CASTRO (1996):

“No todo relativamente articulado, anteriormente perseguido, as diversas regiões e o próprio centro eram levados a aceitar ineficiências dos demais participantes do jogo. As partes aceitavam desvios de comércio em seu prejuízo e podiam contar com desvios a seu favor. Vista a mesma questão pelo ângulo setorial, a quase auto-suficiência imposta pelo modelo anterior forçava a existência de cadeias integradas - desde a base, possivelmente regional, até o vértice seguramente central. Estas cadeias obviamente se encontram ameaçadas. E isto significa, inclusive, que a eventual retomada do crescimento na região central pode não mais ter a capacidade, historicamente comprovada, de “arrastar” as regiões. A primeiríssima conclusão daí derivada, é que o crescimento de cada região passa a depender muito mais de si mesma - e que as próprias políticas regionais devem adotar isto como premissa.”

Entretanto, também se deve destacar que a região atrasada, a partir deste momento, pode também comprar fora do país, não sendo obrigada a aceitar ineficiências de outras regiões. Portanto, se por um lado as regiões menos desenvolvidas passam a ter que brigar com outros países para colocar seus produtos na região mais dinâmica do país, por outro lado elas também passam a “pagar” um preço menor pela modernização, pois também adquirem acesso facilitado ao mercado ampliado de bens intermediários e de capital.

Outra questão relevante no contexto regional, diz respeito às “vocações” e “especializações” que são atribuídas a determinadas regiões com o argumento de que são esses os setores competitivos e que, portanto, podem sobreviver na formação de um bloco, relegando para as regiões atrasadas setores secundários na economia, baseados principalmente em vocações naturais.

Em consonância com a Nova Teoria do Comércio Internacional, há também que se ter em conta que vantagens comparativas também podem ser criadas, logo não só fatores naturais são capa-

zes de gerar vantagens competitivas. Dessa forma, regiões atrasadas com pouco dinamismo econômico podem criar condições que permitam que a mesma se engaje no comércio internacional.

“This conclusion rests on fatalistic assumptions that economic processes cannot be influenced and that success for one region inevitably comes at the expense of others. On the contrary, there is strong evidence that economic success is not pre-determined and can be developed and, on a national scale, development is not a zero-sum game. Local capacities in fields such as education and enterprise networking can be created or improved by concerted action, thereby increasing the region’s ability to attract outside investment. In addition, the factors that encourage endogenous economic activity can be similarly stimulated. The aim of local development is to foster this process and construct an environment both attractive to investment from outside the region and conducive to economic growth from within. In turn, it is hoped, this will add to the prosperity of the national economy without having a detrimental effect on other regional economies. (DAVIES, 1993).

Voltando aos conceitos de criação e desvio de comércio, mesmo havendo efeito líquido positivo para o bloco como um todo e para o país em geral, pode acontecer de o desvio ou criação de comércio se dá de forma localizada, o que não garante os benefícios para todas as regiões.

Assim, mesmo se o país estiver conseguindo obter efeito líquido positivo face a setores competitivos no bloco, caso tais setores tenham suas localizações concentradas em algumas regiões, ou mesmo em apenas uma região, o efeito positivo ficará restrito a essas localidades, podendo inclusive acontecer das demais regiões estarem sofrendo efeitos negativos.

Ao mesmo tempo, uma estrutura que já está voltada para a região mais dinâmica de um país, como é o caso do Nordeste do Brasil, pode, através do aumento do mercado, passar a ser fornecedora de todo o bloco, colocando em ação outros efeitos positivos, como os rendimentos e econo-

mias externas e de escala, garantindo uma maior competitividade aos produtos da região.

Portanto, a criação de blocos coloca em ação inúmeras forças, de ordem política, econômica e social, capazes de alterar o espaço de organização da atividade econômica.

3 - O MERCOSUL

O Brasil começou a inserir-se na tendência à formação de blocos a partir de 1992, com a assinatura do Tratado de Assunção, que instituiu o Mercado Comum do Cone Sul-Mercosul, formado pela Argentina, Uruguai, Paraguai, além do Brasil. Porém, é com o acordo firmado em 1º janeiro de 1995, criando uma união aduaneira quase total entre eles, que fica consolidada a formação deste mercado.

A criação do Mercosul aparece como uma tentativa do Brasil e da Argentina de evitar os acordos de livre comércio proposto pelos Estados Unidos e que vinham tornando-se prática na região. Tais acordos, negociados país a país, tendem a enfraquecer as posições daqueles de menor poder econômico.

A formação de um bloco que agregasse as nações do Cone Sul proporcionaria um aumento do poder de barganha dos mesmos diante do novo quadro internacional, tanto no plano econômico como no político. Atuando em conjunto Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai formam um bloco que tem como característica uma população de quase 200 milhões de habitantes e um PIB estimado em US\$ 1,1 trilhão em 1997, o que reforça a posição deles diante dos demais.

A criação do Mercosul ainda teria outro papel fundamental que seria preparar as empresas desses países para uma futura integração com os Estados Unidos. Tendo já passado por um processo de reestruturação menos doloroso com as nações vizinhas, estas empresas estariam mais preparadas para enfrentar a concorrência das empresas americanas. Além do mais, a ampliação do mercado lhes proporcionaria um volume de produção bem maior que o atual, aproveitando as economias de escala e de aglomeração, diminuindo, dessa forma, os custos dos seus produtos.

Outro fator fundamental para a criação do referido bloco foi poder ganhar tempo para esta reestruturação antes de uma provável integração com as Américas. Uma integração nos moldes desejados pelos Estados Unidos, sem sombra de dúvida, levaria a uma verdadeira quebra de empresas atuantes em nível local.

No aspecto político, a criação do Mercado garante ao Brasil a manutenção de uma área de influência entre os seus vizinhos, evitando a penetração ainda maior da influência norte americana na América do Sul.

Do ponto de vista comercial, já se pode qualificar o Mercosul como uma experiência extremamente exitosa. As exportações do Brasil com os países do bloco passaram de US\$ 2.309,4 bilhões, em 1991, para US\$ 6.153,8 milhões, em 1995 (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, 1996).

O Nordeste do Brasil também vem apresentando aumento do seu fluxo comercial com os países do Mercosul. As exportações no período de 1990 a 1995 passaram de US\$ 96,4 milhões, para US\$ 420,7 milhões. Nesse mesmo período, as importações subiram de US\$ 246,6 milhões para US\$ 670,3 milhões (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, 1996), o que denota uma crescente participação da Região no processo de integração comercial.

A indústria local que sempre teve o Sudeste como principal comprador de seus bens vislumbra agora um novo mercado, com amplas possibilidades de aumento de produção, a fim de atender à demanda dos demais países do bloco, aproveitando as economias de escala e de aglomeração advindas de um maior volume produzido.

Por outro lado, a região passa a ter que competir com os demais parceiros do bloco, que se encontram geograficamente mais perto dos principais centros consumidores de bens nordestinos.

A pergunta que se faz é se nesse novo contexto de abertura comercial e formação do Mercosul, em que o resto do País tem a possibilidade de comprar em outras partes do Mundo e, principalmente, do bloco, a indústria nordestina será capaz

de fornecer seus produtos no mercado mais amplo formado pelos integrantes do novo bloco.

4 – O MÉTODO DO ÍNDICE DE VANTAGEM COMPARATIVA REVELADA

De modo a aferir as implicações do Mercosul sobre os bens intermediários do Nordeste, o método a ser aqui utilizado é o chamado método da "vantagem comparativa revelada" (BALLASSA, 1965; HAN & LIESNER, 1971). O referido método tem como pressuposto que a estrutura do comércio é um indicador das posições dos custos comparativos das indústrias desses países, e, portanto, pode-se verificar através dos fluxos comerciais os prováveis efeitos da integração em determinada indústria ou setor, ou seja, "a idéia subjacente é que o comércio exterior de um país "revela" suas vantagens comparativas" (NONNENBERG, 1991).

O índice de Vantagem Comparativa Revelada-VCR é baseado nas exportações do país, já que as importações podem ser afetadas mais fortemente por medidas protecionistas dos países importadores, logo:

$$VCR_{ij} = \frac{X_{ij} / X_{iz}}{X_j / X_z}$$

Onde:

X_{ij} - são as exportações do produto i pela região j

X_{iz} - são as exportações do produto i pelo país z

X_j - são as exportações totais da região j

X_z - são as exportações totais do país z

Portanto, se a região exporta mais do que seria sua participação "neutra", ou seja, $VCR > 1$, existe vantagem comparativa desse produto, caso contrário, em que $VCR < 1$, a região teria desvantagem comparativa no produto.

Com base nos dados de exportações (total e por gênero para o Brasil e Nordeste) fornecidos pelo Ministério da Indústria, Comércio e Turismo-MICT através da Sudene, foram construídos os índices de Vantagem Comparativa Revelada do Nordeste em relação ao Mercosul por gênero (TABELA 4).

5 - ANÁLISE DOS ÍNDICES DE VANTAGENS COMPARATIVAS REVELADAS

Analisando os índices de vantagens comparativas reveladas-VCR, no período de 1992-1996, para os gêneros exportados pelo Nordeste para o Mercosul, apenas seis produtos apresentam índice acima de 1 (um), ou seja, apenas seis gêneros conseguiram obter vantagens comparativas em relação ao Bloco, nos cinco anos considerados, quais sejam, produtos químicos inorgânicos, produtos químicos orgânicos, adubos e fertilizantes, plásticos e suas obras, Produtos têxteis, e cobre e suas obras (TABELA 4).

Embora, à primeira vista, isso pareça um sinal de fraqueza, na verdade esses seis gêneros concentram a maior parte das vendas. Somando os seis gêneros, eles representam, em termos de valor, mais de 82% das exportações totais de bens intermediários do Nordeste para o Mercosul.

Diante desse fato, podemos afirmar que o grosso das exportações nordestinas de bens intermediários para o Mercosul derivam de gêneros que apresentam vantagens comparativas.

Embora tal conclusão possa ser tomada como verdadeira, há que se admitir que este tipo de generalização pode esconder algumas mudanças que podem estar ocorrendo no próprio gênero ou até mesmo nos produtos que compõem esta categoria.

De forma a não incorrer nesse problema, também foi analisada a trajetória do índice a fim de captar a sua tendência ao longo do período estudado.

Observando a TABELA 4, chama rapidamente a atenção o gênero cobre e suas obras, que, em 1992, tinha um índice de VCR de 3,17 e passa para 4,56 em 1993; 5,73, em 1994 e, em 1995, atinge 5,93; em 1996, cai um pouco para 5,34. Além de este gênero ter índices extremamente elevados, sua tendência é fortemente ascendente no período analisado.

TABELA 4
NORDESTE DO BRASIL BENS INTERMEDIÁRIOS COM DESTINO AO
MERCOSUL-ÍNDICES DE VANTAGENS COMPARATIVAS REVELADAS 1992-1996

PRODUTOS	1992	1993	1994	1995	1996
Produtos químicos inorgânicos	4,13	4,70	4,28	3,52	3,15
Produtos químicos orgânicos	4,23	3,65	2,95	2,58	2,78
Aubos ou fertilizantes	2,38	2,79	1,25	2,08	1,03
Extratos tanantes e tintoriais	0,15	0,49	0,61	0,52	0,55
Sabões, agentes orgânicos de superfície	1,30	1,18	0,88	0,86	1,35
Matérias albuminóides; produtos à base de amido	0,09	0,08	0,07	0,00	0,00
Produtos para fotografia e cinematografia	0,12	0,12	0,02	0,01	0,04
Produtos diversos das indústrias químicas	1,77	0,45	0,40	0,56	0,52
Plástico e suas obras	1,29	1,04	1,56	1,24	1,34
Borracha e suas obras	0,11	0,21	0,28	0,30	0,24
Peles, exceto a peleteria e couros	0,14	0,00	0,00	0,98	0,15
Madeira, carvão vegetal e suas obras de madeira	0,01	0,01	0,00	0,00	0,00
Pastas de madeira ou outras matérias fibrosas celulósicas	0,00	0,01	0,15	0,00	0,16
Papel e cartão	0,12	0,12	0,10	0,07	0,03
Produtos Têxteis	1,26	2,70	3,12	3,13	3,10
Linho e Rami	0,91	1,10	0,63	0,58	0,27
Fibras sintéticas ou artificiais	0,59	0,54	0,20	0,29	0,27
Pastas, feltros e falsos tecidos	0,00	0,00	0,07	0,01	0,13
Tecidos especiais e impregnados	0,00	0,04	0,07	0,33	0,00
Tecidos de malha	1,74	1,40	1,01	0,48	0,41
Obras de ferro fundido	0,02	0,12	0,12	0,24	0,32
Ferro fundido, ferro e aço	0,07	0,05	0,12	0,22	0,09
Cobre e suas obras	3,17	4,56	5,73	5,93	5,34
Níquel e suas obras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alumínio e suas obras	1,07	1,18	1,01	0,61	0,44
Chumbo e suas obras	0,00	6,87	0,00	0,00	0,00

FONTE: MICT/Secex

Outro gênero que apresentou um crescimento bastante expressivo no período considerado foi o de produtos têxteis. Em 1992, ele apresentava índice de 1,26, passa para 2,70 em 1993, 3,12 em 1994, 3,13 em 1995, chegando em 1996 com 3,10. Portanto, ele quase triplica seu valor de 1992 a 1996.

Já os gêneros de produtos químicos inorgânicos, que apresentam melhora de 1992 para 1993, passando de 4,13 para 4,70, começam a declinar a partir de 1994, atingindo 3,15 em 1996.

Plásticos e suas obras mantêm-se praticamente constante ao longo do período, apresentando pequenas variações, tanto para mais como para menos. Ele apresenta um índice de 1,29 em 1992 e em 1996 tinha como VCR o valor de 1,34.

Entretanto, em termos absoluto, o Nordeste aumentou suas exportações para o bloco, tanto

para os químicos inorgânicos como para os plásticos e suas obras.

Por outro lado, o gênero produtos químicos orgânicos, apesar de apresentar vantagem comparativa, situando-se bem acima do índice 1, caiu continuamente até 1995, recuperando-se, um pouco, em 1996. Em 1992, seu VCR era de 4,23, caiu para 3,65 em 1993, 2,95 em 1994, 2,58 em 1995 e consegue uma pequena melhora em 96, com 2,78. Logo, o que se pode perceber é uma queda expressiva, quando comparado ao fim com o do período.

Neste caso, a queda do índice se deve ao fato de o aumento das exportações da Região ter sido inferior ao aumento verificado no país, para este produto.

Outro gênero que também declinou em termos de índice de VCR foi o de alumínio e suas

obras. O mesmo apresenta índices acima de 1 de 1992 a 1994, cai para 0,61 em 1994 e declina ainda mais em 1996, caindo para 0,44. Uma nítida perda de vantagem comparativa, em relação ao Mercosul, ao longo destes anos.

É interessante observar que o valor exportado pelo Nordeste, no caso do alumínio, manteve-se praticamente constante de 1993 a 1996. Entretanto, como o Brasil aumentou de forma bastante acentuada sua participação nesses anos, praticamente triplicando o valor exportado para o bloco, o Índice de Vantagem Comparativa da Região caiu acentuadamente.

Demonstrando o mesmo problema do anterior, encontra-se o gênero tecidos de malha. Também apresentando índices acima de 1 de 1992 a 1994, cai de forma bastante acentuada em 1995, com VCR de 0,48, e declina ainda mais em 1996, quando alcança 0,41 de índice. Apesar de possuir vantagem comparativa até 1994, ele passa a uma situação extremamente desconfortável em 1996, com trajetória declinante no período.

Cabe destacar que, enquanto o Nordeste perdia participação em termos absoluto, no gênero tecidos de malha, com quedas constantes em suas exportações no período de 1992-1996 para o Mercosul, o Brasil conseguiu aumentá-la.

Por outro lado, alguns gêneros não apresentam uma tendência clara no período estudado, obtendo fortes oscilações ao longo dos anos.

É o caso, por exemplo, de adubos ou fertilizantes que, em 1992, apresentou índice de 2,38, aumenta para 2,79 em 1993, cai para 1,25 em 1994, sobe para 3,51 em 1995, e cai para 1,49 em 1996. A conclusão que se chega é que deve ser um gênero fortemente influenciado por fatores conjunturais, não demonstrando nenhuma tendência que pudesse detectar algo de estrutural com o mesmo. No entanto, é um gênero que sempre obteve vantagem comparativa nos anos considerados. Também não seguem uma tendência definida os gêneros extratos tanantes e tintoriais, e sabões, agentes de superfície.

Os demais seriam mais influenciados por fatores conjunturais que estruturais, sendo pouco

expressivos em termos de volume exportado para o Mercosul.

Portanto, mesmo um gênero apresentando índice de VCR menor que 1, o Nordeste pode continuar exportando alguns dos produtos que o compõem, em virtude de estes serem competitivos em nível de firma.

Em suma, pode-se perceber, através desses índices, que dentro da indústria de bens intermediários do Nordeste tem havido uma maior especialização, via comércio com o Mercosul, na produção dos gêneros produtos químicos orgânicos, produtos químicos inorgânicos, adubos e fertilizantes, plásticos e suas obras, tecidos metalizados, cobre e suas obras e sabões, agentes orgânicos de superfície.

De modo geral, pode-se dizer que o Nordeste vem respondendo de forma satisfatória, em termos de exportações de bens intermediários para o Mercosul.

Observa-se também, que os principais pontos de exportação da indústria de bens intermediários do Nordeste para o Mercosul estão associados aos investimentos realizados pelo II PND, especialmente aqueles vinculados à estratégia de desenvolvimento regional através da criação de pólos⁷, como o Pólo de Camaçari, o pólo minero-metalúrgico, o pólo têxtil, as grandes empresas estatais, como a Nitrofertel e outras

Além do mais, deve-se sempre levar em consideração a questão dos ganhos de escala oriundos das exportações. Como alerta FURTADO (1983), “certas indústrias, como as produtoras de insumos industriais e agrícolas, se beneficiam particularmente de economias de escala, o que as torna aptas para exportação, mesmo que seu principal mercado permaneça o interno”.

Portanto, apesar de ser pouco significativo em termos de volume, o Mercosul traz a oportunidade de as indústrias locais aumentarem sua produção, de modo a atenderem os demais países do bloco e com isso obterem ganhos de escala, tornando-se, assim, mais competitivas.

⁷ Um estudo dos pólos regionais pode ser visto em IIMA (1994).

6 - PERSPECTIVAS DA INDÚSTRIA DE BENS INTERMEDIÁRIOS DO NORDESTE

A análise dos aspectos puramente comerciais não nos dá uma idéia clara do que poderá vir a ocorrer com o setor de bens intermediários do Nordeste, tendo em vista que este em boa parte das vezes retrata muito mais os elementos conjunturais do que os estruturais. Para tanto, nesta seção estudam-se alguns condicionantes envolvidos na transformações que vêm ou possam vir a ocorrer nos setores selecionados, em decorrência do Mercosul e das mudanças que vêm passando a economia brasileira e mundial.

Produtos Químicos Orgânicos

Os produtos químicos orgânicos do Nordeste representavam, em 1996, quase 41% das exportações totais do Brasil para este setor no Mercosul, demonstrando que respondem por uma parcela importante da produção desse tipo de bem no país.

Apesar disso, os produtos químicos orgânicos vêm apresentando queda continuada no seu índice de vantagem comparativa revelada. Entretanto, este ainda se situa bem acima de um, constituindo-se o principal produto exportado pela indústria da Região para o Mercosul.

Tais produtos têm sua origem em grande parte na indústria petroquímica, e encontram no Pólo Petroquímico de Camaçari, situado no Estado da Bahia, o principal produtor da Região.

No âmbito do Mercosul, a petroquímica brasileira apresenta-se com uma capacidade de produção bem maior que a Argentina, sendo esses dois praticamente os únicos produtores no bloco. Para se ter uma idéia, a capacidade de produção de eteno, principal produto básico do setor, no Brasil alcançou 2.100 mil toneladas/ano, enquanto na Argentina ela foi de 306 mil toneladas/ano, em 1995. Entretanto, apesar de este país não ser um grande produtor de eteno, deve-se levar em consideração que a Argentina é exportadora líquida de produtos petroquímicos (TEIXEIRA, 1996).

Outro ponto a destacar, segundo TEIXEIRA (1996), é que a recente aquisição da empresa Bahia Blanca pela Dow Chemical, associada com outros investimentos na Argentina, demonstra que o país se prepara para competir pesadamente no âmbito do Cone Sul, constituindo-se, desse modo, um forte concorrente aos produtores da Região Nordeste.

Porém, a maior ameaça ao Pólo Petroquímico de Camaçari deverá vir exatamente dos novos pólos que estão sendo criados e implementados internamente, notadamente o pólo de Triunfo no Rio Grande do Sul, haja vista sua proximidade com os principais centros consumidores do Mercosul.

Plásticos e Suas Obras

Os plásticos e suas obras representam o segundo principal produto na pauta de exportações da indústria de bens intermediários do Nordeste para o Mercosul. Seu índice de vantagem comparativa revelada sempre se manteve acima de um, demonstrando ser um segmento em que o Nordeste possui vantagem comparativa em relação ao bloco.

Em 1996, as exportações de plásticos e suas obras, com destino ao Mercosul, produzidos pelo Nordeste, representaram 20% do vendido pelo País de plásticos para o Bloco.

O nível de atividade dessa indústria, de 1992 a 1996, apresentou crescimento de 38% no Nordeste (SUDENE, 1997), o que pode ser atribuído, em parte, ao crescimento das exportações para o bloco.

Este segmento também está fortemente vinculado à indústria petroquímica, sendo por este motivo a sua presença bastante significativa no Estado da Bahia. Apesar disso, alguns Estados, como Pernambuco e Alagoas, apresentaram aumentos bastante expressivos nas suas exportações de plásticos para o Mercosul, ao longo do período estudado.

A produção de plásticos atualmente é tida como uma atividade altamente dinâmica e bastante promissora, em virtude das novas utilizações

que eles vêm tendo. Destaca-se nesse ponto, a utilização dos plásticos de alta performance, usados na indústria automobilística, e a fabricação de embalagens PET, empregada na indústria alimentar e de bebidas.

O aumento do poder aquisitivo da população de renda mais baixa após o Plano Real com incremento da indústria alimentar e a prioridade dada pelo Governo brasileiro ao setor automobilístico do país denotam boas perspectivas ao segmento de plásticos e suas obras no Brasil.

Entretanto, em relação ao Nordeste, tais perspectivas estão também atreladas aos fatores de sucesso das indústrias petroquímicas do Pólo de Camaçari, já citados anteriormente, e que não asseguram a continuidade de sua trajetória competitiva.

Produtos Químicos Inorgânicos

Os produtos químicos inorgânicos vêm apresentando índices de vantagens comparativas aproximadamente constantes de 1992 a 1996, representando em termos de valor das exportações de bens intermediários do Nordeste para o Mercosul o terceiro principal item.

Eles respondiam, em 1996, por 46% do valor total das exportações do setor de químicos inorgânicos do Brasil para o Mercosul, constituindo, assim, um dos importantes setores responsáveis pelo dinamismo da economia regional.

Aqui os principais itens exportados são outros óxidos de alumínio, vindo em sua totalidade do Maranhão, e amoníaco anidro, advindo do Estado da Bahia.

Destaca-se neste aspecto o forte dinamismo do complexo mineiro-metalúrgico do Estado do Maranhão, formado essencialmente pelos projetos da Alumina e de Carajás da Vale do Rio Doce que já operam em nível internacional. Portanto, este segmento não deverá sofrer grandes mudanças com o advento do Mercosul, tanto por já atuar no mercado internacional, como pela dificuldade de surgimento de novas firmas devido às barreiras à entrada de outras empresas.

Produtos Têxteis

Em 1992, o consumo *per capita* no Brasil, incluindo todas as fibras têxteis, foi estimado em 5,7 kg/hab, enquanto a média para as economias industrializadas situava-se em torno de 17 kg/hab.

“A indústria têxtil brasileira é caracterizada pela sua heterogeneidade tecnológica e gerencial. As empresas com mais de 500 pessoas ocupadas concentram mais de 50% da produção e do emprego, sendo também responsáveis por parcelas crescentes das exportações. Estas empresas situam-se preponderantemente na região Sudeste e apresentam desenvolvimento tecnológico e estratégias competitivas similares aos das empresas de melhor desempenho internacional” (COUTINHO & FERRAZ, 1994).

Produtos têxteis aparecem como o quarto setor em termos de valor exportado pelo Nordeste para o Mercosul, apresentando índice de vantagem comparativa bem acima de 1, com tendência fortemente ascendente. Destaca-se, ainda, o aumento da participação das exportações de têxteis da Região no total do Brasil: o Nordeste representava 14% das exportações totais do setor com destino ao Mercosul em 1992, e passa para mais de 17% em 1996.

Apesar disso, a produção da indústria têxtil local permaneceu estagnada nos anos estudados (SUDENE, 1997).

Dentro do contexto de modernização tecnológica por que vem passando o Brasil, “a atualização de equipamentos é indispensável para a competitividade do setor têxtil, que já se tornou dos mais intensivos em capital na indústria contemporânea, distanciando-se nesse aspecto dos segmentos de confecções e calçados, ainda intensivos em trabalho” (FERRAZ, KUPFER & HAGUENAUER, 1995).

É importante observar a forte presença dessa indústria no Ceará, que é tido como um tradicional produtor, além do surgimento de exportações desse produto no Rio Grande do Norte, sinalizando seu crescimento no Estado. Portanto, não será surpresa o aparecimento, em maior escala, dessa indústria em outros Estados da Região, devido ao

forte atrativo que o Nordeste oferece para tais empresas em termos de mão-de-obra barata e incentivos fiscais, tendo em vista que estes ainda exercem uma influência bastante forte na decisão locacional do investimento.

Um fator limitante ao crescimento das exportações de têxteis do Nordeste é que este é um setor que forma uma cadeia produtiva em que grande parte dos seus segmentos ainda respondem por uma considerável parcela do emprego gerado na indústria. Isto o faz figurar, na maioria das vezes, nas listas de exceções, tendo em vista o problema do desemprego da mão-de-obra.

Entretanto, levando-se em consideração que este setor passou por uma profunda reestruturação após a abertura, com fechamento de diversas indústrias menos competitivas, é de se esperar que as empresas que sobreviveram e as que vêm instalando-se na região possuam um grau de competição bastante elevado, o que denota boas perspectivas para este setor no Nordeste.

Cobre e Suas Obras

Dentre os setores com maior participação nas exportações de bens intermediários do Nordeste com destino ao Mercosul encontra-se, ainda, cobre e suas obras. Tal setor é o que apresenta o maior índice de vantagem comparativa revelada da região. Além disso, manteve praticamente a mesma participação se comparado com o Brasil, quando o destino das exportações é o Mercosul.

Basicamente uma única empresa produz este tipo de produto na região, que é a Caraíba Metais, localizada no Estado da Bahia. Esta chega a responder por 55% do abastecimento brasileiro de cobre eletrolítico e 90% da produção nacional desse produto. (LIMA & QUEIROZ, 1996).

Apesar do excelente desempenho deste segmento no Nordeste, as perspectivas futuras não são das melhores, tendo em vista ser o Chile o maior produtor mundial de cobre, com grande vantagem comparativa na sua produção e de seus derivados. Logo, uma possível adesão por parte deste país ao Mercosul certamente levará ao fim

deste setor na região Nordeste, pois seria praticamente impossível concorrer com aquele país.⁸

Adubos e Fertilizantes

Adubos e fertilizantes sempre obtiveram vantagem comparativa ao longo do período compreendido entre 1992 a 1996. Contudo, apesar de ter exportado R\$ 18,8 milhões em 1995 para o Mercosul, este valor caiu em 1996 para apenas R\$ 9,2 milhões. Enquanto isso, o país como um todo praticamente dobrou suas exportações, nesse setor, para o bloco, de 1994 para 1995.

Deve-se levar em consideração que este é um segmento fortemente influenciado pelas políticas agrícolas, especialmente a concessão de financiamento para o plantio, além, naturalmente, dos fatores climáticos, o que torna difícil qualquer tipo de previsão.

Papel e Celulose

Apesar de este segmento ainda não figurar entre os principais produtos exportados pela Região para o Mercosul, os investimentos previstos para a produção de papel e celulose na Região ultrapassam os R\$ 5,00 bilhões, destinados principalmente para os Estados da Bahia e do Maranhão. Isto faz crer que dentro em breve este setor aparecerá como um dos principais na pauta de exportações do Nordeste.

O rendimento das florestas e a disponibilidade de vastas extensões de terras a baixos custos tornam a madeira brasileira um importante fator de competitividade.

Independentemente do Mercosul, este é um setor que deverá ter um crescimento bastante expressivo na Região, inclusive porque as empresas existentes já exportam para vários países do mundo todo. Entretanto, o incremento das vendas para o bloco passa pela retirada desse setor da lista de exceções, especialmente da Argentina.

⁸ O setor só sobreviveria caso figurasse numa possível lista de exceção. Ainda assim, correr-se-ia o risco de as empresas deixarem de investir no setor por não ter ele mais perspectiva, o que terminaria por levar a uma perda ainda maior de competitividade.

Investimentos Previstos e Nível de Atividade

Antes de finalizar essa análise de perspectivas do setor de intermediários na Região, vale examinar as previsões de investimentos. Segundo a Secretaria de Política Industrial do MICT no Brasil, para o período de 1997 a 2000, nas indústrias extrativas e de transformação, são previstos R\$ 124,5 bilhões de investimentos. Desse total, a previsão para a Região Nordeste gira em torno de R\$ 24,4 bilhões, o que corresponde a 21,4% do geral.

Três segmentos industriais destacam-se no destino dos investimentos para a Região: papel e celulose com 20,3%; produtos químicos com 20,0%; e têxtil com 13,1%. Somando-se os três, chegam a representar 53,4% da previsão de investimentos no Nordeste.

No Maranhão, três segmentos industriais respondem por 86,4% do total: papel e celulose com 53,1%; metalurgia básica com 23,4%; e têxtil com 9,9%. Na Paraíba, têxtil responde por 62,9%. Na Bahia, produtos químicos com 31,0% e papel e celulose com 30,3% somam 61,3% dos investimentos. Em Alagoas, têxtil soma 15,9% e produtos químicos (não inclui álcool) 10,2% do total. No Ceará, metalurgia básica perfaz 26,0% e têxtil 24,8%, totalizando 50,8% dos investimentos do Estado. Em Pernambuco, aparecem produtos químicos (não inclui álcool) com 26,3%, têxtil com 14,3% e metalurgia básica, também, com 14,3%, o que corresponde a 54,9% do investimento industrial total do Estado. No Piauí, 43,3% dos investimentos industriais têm como destino minerais não-metálicos.

Portanto, o que se verifica é que os investimentos estão sendo destinados, em sua grande parte, aos setores produtores de bens intermediários, o que aponta para a tendência de consolidação da posição desses setores na economia do Nordeste. Essa expansão, uma vez concretizada, deverá se refletir em incremento das exportações, inclusive as que têm como destino o Mercosul.

7 - CONCLUSÃO

Inicialmente, verificou-se que a oportunidade de o Nordeste atuar complementarmente ao Sudeste surge com a expansão da economia de São Paulo no início do século XX, já que na medida que aquela Região crescia ia transferindo especialidades às demais regiões do Brasil, cabendo ao Nordeste, naquele primeiro momento, fornecer açúcar e algodão àquela região.

Posteriormente, essa forma de atuação voltada para o mercado interno vem a ser reforçada com o sistema de incentivos fiscais criado para desenvolver o Nordeste, haja visto que foram as grandes empresas nacionais que se instalaram na Região, buscando atuar de modo complementar ao restante das empresas do grupo.

A concepção do II Plano Nacional de Desenvolvimento-II PND reforça o papel do Nordeste como fornecedor de insumos para o restante do país, alavacando pesados investimentos na construção de indústrias de bens intermediários.

A economia da Nordeste, que já tinha como característica o fornecimento de insumos não-industriais ao Sudeste, com o desenvolvimento da indústria local, passa também a fornecer insumos produzidos pelo setor industrial para o restante do país.

A consequência desse processo foi o direcionamento da indústria regional para o mercado interno, a exemplo do que já tinha ocorrido com outros setores econômicos do Nordeste.

Esse conjunto de fatores terminou por levar a que o comércio internacional fosse pouco relevante no processo de desenvolvimento da indústria regional.

Em 1996, apenas oito setores (produtos químicos orgânicos, plásticos e suas obras, produtos químicos inorgânicos, têxteis metalizados, cobre e sua obra, obras de ferro fundido, sabões, agentes orgânicos de superfície e produtos diversos da indústria química) respondiam por quase 90% das exportações totais de bens intermediários do Nordeste para o Mercosul.

De uma certa forma, os principais pontos de exportação da indústria de bens intermediários do Nordeste para o Mercosul estão ligados aos pesados investimentos realizados pelo II PND, como o Pólo de Camaçari, o pólo mineiro-metarlúrgico, o pólo têxtil, as grandes empresas estatais, como a nitrofértil e outras.

Os índices de vantagem comparativa dos principais produtos da Região exportados para o Mercosul situaram-se acima de 1, demonstrando que o Nordeste possui vantagens comparativas nos mesmos.

Entretanto, alguns setores, a exemplo de produtos químicos orgânicos e inorgânicos, apesar de ainda possuírem vantagem comparativa, exibem índices com trajetórias declinantes.

Um exame das perspectivas dos principais ramos exportadores revela situações diferenciadas. A competitividade dos setores mais ligados à petroquímica, a exemplo dos químicos orgânicos e plásticos e suas obras, vai depender do processo de reestruturação por que vêm passando as empresas ligadas ao Pólo de Camaçari. A maior ameaça às indústrias ligadas a Camaçari parece ser mais interna que externa. O Pólo de Triunfo, situado no Rio Grande do Sul, surge como um forte concorrente ao pólo baiano, já que a Argentina, que seria uma possível competidora do Brasil, possui uma capacidade de produção ainda pequena.

Já os produtos químicos inorgânicos, devido às características das empresas do ramo que operam na Região, não deverão sofrer fortes alterações com o Mercosul, pois já operam em escala internacional.

Os têxteis, produzidos em sua grande parte do Estado do Ceará, provêm de plantas competitivas e vêm obtendo excelentes índices de crescimento ao longo dos anos. É importante observar que outros Estados, a exemplo do Rio Grande Norte, já começam a aparecer como exportadores desses produtos. Além do mais, a mão-de-obra barata e os incentivos fiscais têm atraído diversas empresas para a Região. Porém, como este é um segmento intensivo em mão-de-obra, ele sempre figura nas listas de exceções, o que poderá vir a dificultar o aumento de suas exportações para o bloco.

O gênero cobre e suas obras foi o que apresentou os melhores resultados tanto no valor de seu índice de vantagem comparativa revelada, como em termos de desempenho, durante o período analisado. Entretanto, a possível entrada do Chile no Mercosul tende a arruinar completamente este segmento. Caso isso ocorra, a única garantia de manutenção do gênero na pauta de exportações para os países do bloco seria figurar numa lista de exceção.

Já os gêneros compostos basicamente por produtos destinados ao setor rural, como adubos e fertilizantes, tendem a sofrer fortes variações, haja vista que a demanda deles depende tanto de fatores climáticos, como das liberações de recursos para plantio. Entretanto, as exportações do Brasil vêm crescendo continuamente nesse gênero, o que não acontece com o Nordeste.

Tanto pelos investimentos previstos como pelo desempenho dos setores estudados fica claro que o setor de bens intermediários do Nordeste continuará sendo o principal responsável pelo dinamismo da indústria local.

Os investimentos previstos apontam para a entrada de novas plantas industriais do setor na Região, o que significa que serão empresas já atualizadas tecnologicamente e, muito provavelmente, prontas para competir internacionalmente.

Por fim, apesar da baixa participação da indústria regional no volume de exportações com destino ao Mercosul, este é de fundamental importância, em termos estratégicos, para a consolidação, ou mesmo sobrevivência, da indústria de bens intermediários do Nordeste, por alguns motivos:

1º a economia da região, diante do modelo econômico que vem sendo implantado no país, não poderá continuar voltada basicamente para o mercado interno, sob pena de não ter escala de produção, em vários segmentos, suficiente para ser competitiva;

2º o governo brasileiro já deu sinais claros que, em termos de política externa, o Mercosul é prioridade absoluta. Logo, a tendência é que o bloco se consolide cada vez mais. Desse modo,

não deve prosperar a resistência dos agentes locais que julgam que a região pode se integrar melhor com outros blocos ou países;

3º como foi visto, os ganhos de escala advindos com o comércio exterior são de fundamental importância para a diminuição de custos e consequente aumento de competitividade, mesmo que o principal mercado dos produtos nordestinos continue sendo o Sudeste do Brasil.

4º O estrangulamento da balança de pagamentos do Brasil impede que o país mantenha taxas de crescimento de sua economia num patamar razoável, indicando que a tendência futura deverá ser a busca do crescimento das exportações. Em estando esse crescimento dificultado a nível mundial em virtude da acirrada concorrência e das barreiras protecionistas dos blocos hegemônicos, o Mercosul, e a sua ampliação para outros países da América Latina, surge como alternativa de maior complementaridade para exportações brasileiras. Isso vale inclusive para os bens intermediários do Nordeste que, em geral, apresentam índices de VCR positivos.

Abstract:

Historically, the Northeastern economy developed itself, oriented to the Southeast market, supplying that region with intermediate goods and/or raw materials. Nowadays this productive specialization, supported in a national strategy of imports substitution, has been challenged with the opening of Brazilian economy and the constitution of Mercosul. With these processes, the Northeastern industry has started suffering strong competition from suppliers of intermediate goods from the rest of the world and, mainly, from Mercosul. This article searches the origins of the increasing importance in Northeast of intermediate goods industry, and also evaluates some impacts of Mercosul on this industry and its competitiveness. It estimates indexes of revealed comparative advantages and examines market perspectives in order to show that Mercosul, despite its pessimistic initial evaluation, is an important way to expand both trade and complementarity of Northeastern industry and also to enhance scales and competitiveness.

Key-Words:

Northeast Economics; Northeast; Intermediate Goods Industry : Mercosul; Revealed Comparative Advantages; Productive Specialization; Brazil-Northeast.

8 – BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ARAÚJO, Tânia Bacelar. A nova face da questão regional brasileira. **Jornal dos Economistas**, Rio de Janeiro, n. 108, p. 4, abr. 1998.
- BALASSA, B. Trade liberalization and revealed comparative advantage. **The Manchester School**, Manchester, v. 33, 1965.
- BEERS, J.S. Tariff aspects of a federal union. **Quartely Journal of Economics**, v. 56, p. 49-92, 1941.
- BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio e Turismo. **Distribuição regional das oportunidades de investimento industrial no Brasil-1997/2000**. Brasília, 1998.
- BYE, M. Unions douanieres et données nationales. **Economie Appliquée**, v. 3, p. 121-157, 1950.
- CARVALHO JÚNIOR, Mario C de, NASSIF, Andre Luis, LIMA, Erikson Teixeira. A infraestrutura como estratégia de diversificação das exportações brasileiras. ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 24., 1996, Campinas. **Anais...** Campinas: ANPEC, 1996.
- CASTRO, Antônio Barros de. Tipos industriais regionais: novas estratégias. In: SEMINÁRIO "A REFORMA DO ESTADO E O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE NA ECONOMIA GLOBALIZADA". Salvador: IPEA, 1996.
- CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (Brasil). **O impacto do Mercosul na indústria nordestina**. 1996. (Mimeogr.).
- COUTINHO, Luciano. A fragilidade do Brasil em face da globalização. In: BAUMAN R. **O Brasil e a economia global**. Rio de Janeiro: Campus, 1996.
- COUTINHO, Luciano (Coord.), FERRAZ, João Carlos (Coord.). **Estudo da competitividade da indústria brasileira**. Campinas: Papirus, 1994.
- DAVIES, Andrew. **Local economies and globalisation**. Paris: OECD, 1993.
- FERRAZ João Carlos, KUPFER, David, HAGUENAUER, Lia. **Made in Brasil: desafios competitivos para a indústria**. Rio de Janeiro: Campus, 1995.
- FURTADO, Celso. **Não a recessão e ao desemprego**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GALVAN, Cesare G., Os blocos: qual integração? In: LAVINAS, Lena (Org.). **Integração, região e regionalismo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
- GTDN. **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. 2. ed. SUDENE, 1967.
- GUIMARÃES NETO, Leonardo. **Introdução à formação econômica do Nordeste**. Recife: Massangana, 1989.
- HAN, S. S., LIESNER, H. H. **Britain and common market: the effect of entry on the pattern of manufacturing production**. Cambridge: University of Cambridge, 1971. (Occasional Paper, 27).
- KRUGMAN, Paul, HELPEMAN, Elhanan. **Market structure and foreign Trade: increasing returns, imperfect competition, and the international economy**. Massachusetts: MIT Press, 1985.
- KUME, Honório, MARKWALD, R.A. As perspectivas do MERCOSUL: configuração da estrutura produtiva e convergência macroeconômica. In: IPEA. **Perspectivas da economia brasileira**. Rio de Janeiro, 1993. V. 2.
- LIMA, Adelaide Mottas, QUEIROZ, Lúcia Aquino de. A Economia Baiana e o Mercosul. In: BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais. **A Bahia no Mercosul**. Salvador, 1996.
- LIMA, João Policarpo. Economia do Nordeste; tendências recentes das áreas dinâmicas. **Análise Econômica**, Porto Alegre, n. 21-22, p. 55-73, mar./set. 1994.
- LIMA, João Policarpo, KATZ, Fred. Comércio externo e estratégias de crescimento: uma visão a partir do Nordeste. **ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA**, 25, Recife, 1997. **Anais...** Recife: ANPEC, 1997.
- LIMA, J. Policarpo, OLIVEIRA JÚNIOR, Enildo. **Globalização, Mercosul e a indústria de bens intermediários do Nordeste**. Recife: PIMES/UFPE, 1999.
- MEADE, J.E. **The theory of customs unions**. Amsterdam, 1955.
- MENDES, Constantino Cronemberger. **Integração regional na América Latina: da ALALC ao Mercosul**. Recife, 1995. Dissertação (Mestrado) – PIMES, Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, 1995.
- MESQUITA, Arlan Mendes. **Impactos do fundo constitucional de financiamento do Nordeste na economia regional**. 1995. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, 1995.
- NONNENBERG, Marcelo J.B. **Vantagens comparativas reveladas, custo relativo de fatores e intensidade de recursos naturais: resultado para o Brasil-1980/88**. Brasília: IPEA, 1991. (Texto para Discussão, 214).
- OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

- OLIVEIRA JÚNIOR, Enildo. **Impactos do Mercosul na indústria de bens intermediários do Nordeste**. Recife, 1999. Dissertação (Mestrado) – PIMES, Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, 1999.
- ROBSON, Peter. **Teoria econômica da integração**. Coimbra: Coimbra, 1985.
- SANTANA, José Ricardo. **Industrialização e complementariedade regional: os caminhos para uma trajetória de crescimento para o Nordeste brasileiro**. Fortaleza, 1995. Dissertação (Mestrado) - CAEN, Universidade Federal do Ceará-UFC, 1995.
- SANTOS, V. Monteiro. **A indústria incentivada do Nordeste: as experiências das RMS de Salvador, Recife e Fortaleza**. Recife, 1994. Dissertação (Mestrado) - MDU- Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, 1994.
- SUDENE. **Boletim Conjuntural - Nordeste do Brasil**. Recife, 1997.
- TEIXEIRA, Francisco Lima C. Petroquímica. In: BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais. **A Bahia no Mercosul**. Salvador, 1996.
- THORSTENSEN, Vera et al. **O Brasil frente a um mundo dividido em blocos**. São Paulo: Nobel, 1994.
- VINNER, Jacob. **The customs union issue**. New York: Carnegie Endowment for International Peace, 1950.

Recebido para publicação em 27.AGO.1999.